



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VENTOS DE SÃO VITOR 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

SUMÁRIO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATORIO DO AUDITOR	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. GESTÃO DE RISCO	13
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	18
5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS	21
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS	21
7. CONTAS A RECEBER	22
8. IMOBILIZADO	22
9. FORNECEDORES	26
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26
11. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	30
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
13. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	30
14. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA	31
15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	32
16. RESULTADO FINANCEIRO	32
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
18. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	33
19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA	33
20. COBERTURA DE SEGUROS	34

Prezados Acionistas,

A Administração da Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A (“Companhia” ou “São Vitor 11”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A São Vitor 11 é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio dos parques eólicos. O empreendimento está localizado no município de Xique-Xique, no estado da Bahia, e possui capacidade instalada total de aproximadamente 32 MW.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A São Vitor 11 trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a São Vitor 11, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A.
Xique-Xique - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 21 de Maio de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

VENTOS DE SÃO VITOR 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ativos				Passivos			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.274	2.441	Fornecedores	9	1.343	7.123
Contas a receber	7	2.731	712	Empréstimos e financiamentos	10	3.370	3.868
IRPJ e CSLL a recuperar	8	-	-	Contas a pagar a partes relacionadas		211	138
Tributos a recuperar		-	8	IRPJ e CSLL		276	-
Despesas antecipadas		-	360	Tributos e obrigações trabalhistas		235	507
Total do ativo circulante		10.013	3.521	Encargos regulatórios		-	184
Não circulante				Total do passivo circulante			
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	5.873	6.839	Não circulante			
		5.873	6.839	Empréstimos e financiamentos	10	90.388	89.293
				Provisão para desmobilização de ativos	11	1.234	995
				IRPJ e CSLL diferidos		411	-
				Total do passivo não circulante		92.033	90.288
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	152.792	164.414	Capital social	12	79.300	78.700
Intangível		120	152	Prejuízos acumulados		(7.970)	(5.882)
Total do ativo não circulante		158.785	171.405	Total do patrimônio líquido		71.330	72.818
Total do ativo		168.798	174.926	Total do passivo e patrimônio líquido		168.798	174.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	13	24.735	8.504
Custo de venda de energia elétrica	14	(13.845)	(6.837)
Lucro bruto		10.890	1.667
Despesas gerais e administrativas	15	(153)	(38)
Lucro operacional		10.737	1.629
Receitas financeiras	16	1.211	1.685
Despesas financeiras	16	(12.730)	(5.846)
Resultado financeiro		(11.519)	(4.161)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(782)	(2.532)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(895)	(816)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(411)	-
Prejuízo do exercício		(2.088)	(3.348)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$		(0,03)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(2.088)	(3.348)
Outros componentes do resultado abrangente	-	38
Total do resultado abrangente	<u>(2.088)</u>	<u>(3.310)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	72.095	(2.534)	(38)	69.523
Integralização de capital	6.605	-	-	6.605
Outros resultados abrangentes	-	-	38	38
Prejuízo do exercício	-	(3.348)	-	(3.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	78.700	(5.882)	-	72.818
Integralização de capital	600	-	-	600
Prejuízo do exercício	-	(2.088)	-	(2.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	79.300	(7.970)	-	71.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(2.088)	(3.348)
Ajustes de receitas e despesas			
Impostos de renda e contribuições sociais		1.306	-
Depreciação e amortização	8	6.300	3.017
Baixa de ativo imobilizado e intangível		2	-
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	(750)	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - empréstimos e financiamentos	10	10.437	4.274
Atualização financeira de provisão de desmobilização		85	-
Variações nos ativos operacionais			
Contas a receber	7	(2.019)	(712)
Tributos a recuperar		-	3
Despesas antecipadas		360	(67)
Variações nos passivos operacionais			
Fornecedores	9	(141)	88
Contas a pagar a partes relacionadas		73	66
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		(84)	643
Encargos regulatórios		(184)	7
Caixa gerado pelas atividades operacionais		13.297	3.971
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	10	(5.908)	(3.966)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(807)	(140)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		6.582	(135)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	(6.839)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	8	(133)	(26.364)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(133)	(33.203)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	(5.526)	-
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	7.242	-
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	18.032
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10	(3.932)	(4.878)
Integralização de capital		600	6.605
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(1.616)	19.759
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		4.833	(13.579)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.441	16.020
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.274	2.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “São Vitor 11”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 4 de novembro de 2019, com sede na Rodovia BA 052, Km 442, S/N, Parte 11 - Zona Rural, CEP 47400-000, Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, tendo como objeto social a geração de energia elétrica por meio dos parques eólicos, conforme Resolução Autorizativa nº 9.393 de 3 de novembro de 2020.

A Companhia tem como acionista controlador a Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“Controladora” ou “IBH V”), cujo, objeto social é a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável tendo como investimentos o Parque Eólico de São Vitor e, tem como controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”).

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia possui as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física – MWm	Início da autorização	Fim da autorização
São Vitor 11	Ventos de São Vitor 11	BA	32	14,8	03/11/2020	02/11/2055

Ao longo das demonstrações financeiras, o conjunto de empresas que fazem parte do Complexo Eólico São Vitor é referido como “Grupo”.

1.2 Contratos de energia

O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada, sendo 32 MW correspondentes à capacidade instalada da Companhia.

A Companhia comercializa sua energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio da celebração de contratos bilaterais com contrapartes diversas. Os contratos firmados seguem condições negociadas entre as partes, em linha com as práticas de mercado, sendo que as informações comerciais são tratadas como confidenciais.

No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, a Companhia conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

1.3 Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido no montante de R\$4.578 (negativo em R\$8.299 em 31 dezembro de 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	10.013	3.521
Total do passivo circulante	5.435	11.820
Capital circulante líquido	4.578	(8.299)

A Companhia registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação do empreendimento e os efeitos recentes de eventos

de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$ 7.970.

A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional da Companhia, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital.

No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico.

Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de abril de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2.1 Políticas contábeis materiais não apresentadas em notas explicativas

Considerando que a Companhia não apresenta determinadas notas explicativas em suas demonstrações financeiras, as correspondentes políticas contábeis, que seriam divulgadas nessas notas, estão sendo apresentadas neste capítulo.

2.2.1.1 Arrendamentos

A Companhia reconhece, em concordância com o CPC 06 – Arrendamentos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. O ativo é depreciado ao longo do prazo do contrato e o passivo atualizado pelos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos realizados.

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras cujos pagamentos são integralmente variáveis, atrelados a

receita líquida. Em função dessa característica, tais contratos não atendem aos critérios para reconhecimento de passivo de arrendamento conforme o CPC 06, sendo os pagamentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que incorridos.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	01/01/2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	01/01/2026	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	01/01/2026	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	01/01/2027	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras. A Companhia fará a adoção a essas normas e interpretações novas e alteradas conforme o CPC correspondente, se cabível, quando entrarem vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8 - Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação;
- **Nota explicativa 8 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, a Companhia (juntamente com as demais empresas do Grupo) realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis;
- **Nota explicativa 11 – Provisão para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente.

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
		Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, a Companhia atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

Operação	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2025				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,03%	6,08%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	7.258	976	732	1.219	488	1.463
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	CDI	5.873	789	592	987	395	1.184
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(96.405)	(3.904)	(2.928)	(4.881)	(1.952)	(5.857)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, está concentrado em poucos clientes. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos e financiamentos, além de monitorar as condições restritivas financeiras (“*covenants*”), quando aplicável, a fim de que a Companhia não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data deste balanço, a Companhia mantém CDBs e caixa disponível de R\$7.274 (R\$2.441 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos				Total geral
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	1.343	-	-	-	1.343
Contas a pagar a partes relacionadas	211	-	-	-	211
Empréstimos e financiamentos	9.213	19.331	20.485	173.604	222.633
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	7.123	-	-	-	7.123
Contas a pagar a partes relacionadas	138	-	-	-	138
Encargos regulatórios	184	-	-	-	184

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas e encargos regulatórios.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos	93.758	93.161
(-) Caixa e equivalente de caixa	(7.274)	(2.441)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	(5.873)	(6.839)
Dívida líquida	80.611	83.881
Total do patrimônio líquido	71.330	72.818
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)	151.941	156.699
Índice de alavancagem financeira - %	53%	54%

3.3 Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

O risco de *curtailment* no setor de energia é a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar.

Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão, ou por outros critérios operativos de confiabilidade definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólico e solares da região Nordeste.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando a busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores.

Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcabouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e à celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente.

Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

c) Risco de impairment

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou indicativos de *impairment* para um ativo ou grupo de ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 8 (“Imobilizado”).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa

do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço da Companhia estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros		
Ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	7.274	2.441
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	5.873	6.839
Contas a receber	2.731	712
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado:		
Fornecedores	1.343	7.123
Empréstimos e financiamentos	93.758	93.161
Contas a pagar a partes relacionadas	211	138
Encargos regulatórios	-	184

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento.

Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado da Companhia.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos em banco e em caixa	16	2
Recursos em aplicações financeiras (i)	7.258	2.439
Total	<u>7.274</u>	<u>2.441</u>

- (i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remunerados a uma taxa média de 99,18% do CDI (97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS

Política contábil

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	5.873	6.839
Total	<u>5.873</u>	<u>6.839</u>

- (i) Contas reservas relacionadas às dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em CDB com remuneração equivalente a 98% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (média de 97,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, está concentrado em poucos clientes. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Venda de energia	2.731	712
Total	2.731	712

Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	2.330	712
Vencidos de 1 a 30 dias	401	-
Total	2.731	712

8. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que

possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. As taxas anuais de depreciação da Companhia se aproximam das taxas de depreciação do MCPSE.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de *impairment*, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de *impairment* utilizando fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36, para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins de teste de *impairment*, a Administração define que as SPEs, em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitorados como uma única unidade de negócios.

Foram identificados indicativos de *impairment* no Complexo Eólico Ventos de São Vitor, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de *curtailment* que afetam o complexo e não estão sob controle da Administração. O *curtailment* é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados, vide nota explicativa nº 3.3.

Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera a incerteza de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro.

O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela Administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

Os testes de *impairment* foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF).

As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do complexo foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 30 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025.

No que tange à expectativa de faturamento, a receita baseia-se predominantemente em contratos bilaterais, PPAs (*Power Purchase Agreements*), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do complexo, certificações de produção de energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por *curtailment*, o qual se baseia em estudos de projeção de carga, demanda e de expansão de linhas de transmissão, para estimar os desligamentos forçados das usinas, considerados até o último ano de projeção. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por *curtailment* quanto o consumo interno das instalações.

Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 12,13% e converge para 11,60% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo.

Em relação a Lei nº 15.269/2025, o Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Eólico Ventos de São Vitor não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas.

Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por *impairment* no período, conforme parágrafo 58 do CPC 01 (R1).

(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Imobilizado em andamento	Desmobilização de ativos	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Planta eólica	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-	-	-	1	127.576	127.577
Adições	-	995	-	-	38.992	39.987
Depreciação	-	-	(2.952)	(20)	-	(2.972)
Reclassificação	-	-	-	-	(178)	(178)
Transferências	27	-	165.905	458	(166.390)	-
Saldo contábil líquido	27	995	162.953	439	-	164.414
Custo	27	995	165.906	461	-	167.389
Depreciação acumulada	-	-	(2.953)	(22)	-	(2.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	27	995	162.953	439	-	164.414
Adições	133	154	-	-	-	287
Depreciação	-	(77)	(6.174)	(16)	-	(6.267)
Baixas	(2)	-	-	-	-	(2)
Transferências	(22)	-	22	-	-	-
Outros (i)	921	-	(6.561)	-	-	(5.640)
Saldo contábil líquido	1.057	1.072	150.240	423	-	152.792
Custo	1.057	1.149	159.367	461	-	162.034
Depreciação acumulada	-	(77)	(9.127)	(38)	-	(9.242)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.057	1.072	150.240	423	-	152.792
Taxa média de depreciação	-	6,70%	3,87%	3,47%	-	

- (i) Na rubrica “Máquinas, equipamentos e outros”, o montante refere-se, substancialmente, ao estorno de provisões registradas em exercícios anteriores relacionadas a estimativas de gastos associados ao imobilizado. Em função da conclusão das negociações do contrato com o fornecedor dos equipamentos, os montantes anteriormente provisionados foram parcialmente revertidos, com os respectivos ajustes refletidos na movimentação do imobilizado na rubrica “Outros

9. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Materiais e serviços	46	110
Compra de energia	1.020	-
Provisões de fornecedores (i)	277	7.013
	<u>1.343</u>	<u>7.123</u>

- (i) Em 2024, a Companhia reconheceu provisão no montante total de R\$7.010 relacionada ao processo de unitização do parque eólico. Esse montante refere-se, em sua maior parte, a obrigações contratuais assumidas no âmbito dos contratos firmados para a implantação e operação dos empreendimentos. Do total provisionado, R\$6.560 é correspondente a pagamentos de parcelas contratuais devidas à SGRE – Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda., conforme previsto nos respectivos contratos. Tais pagamentos decorrem de obrigações pós-COD (“Commercial Operation Date”) relacionadas ao fornecimento, instalação e comissionamento dos aerogeradores, bem como à implementação de eventuais ajustes contratuais e garantias de performance associadas ao funcionamento pleno das unidades geradoras.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e descontado das amortizações.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos

possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

a) Contratos

(i) BNDES

Em 29 de novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES. O total de recursos captados é de R\$86.184, totalmente desembolsados durante os anos de 2022, 2023 e 2024. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 6,31% ao ano.

Originalmente, o principal e juros da dívida seriam pagos ao BNDES em 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023 e a última em 15 de novembro de 2045. Posteriormente, o contrato foi aditado em 23 de maio de 2023, alterando a quantidade de parcelas para 259, tendo seu início em 15 de maio de 2024 e término mantido em 15 de novembro de 2045. A linha de crédito foi disponibilizada conforme a seguir:

- Crédito “D” – São Vitor 11, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito D1 no valor de R\$59.868 e subcrédito D2 no valor de R\$26.316;

b) Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	3.560	4.058
(-) Custo de captação	(190)	(190)
	<u>3.370</u>	<u>3.868</u>
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	92.845	91.940
(-) Custo de captação	(2.457)	(2.647)
	<u>90.388</u>	<u>89.293</u>
Total	<u>93.758</u>	<u>93.161</u>

c) Composição de empréstimos e financiamentos

Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2025	31/12/2024
São Vitor 11 Energias Renováveis S.A.	BNDES_D1	59.868	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/11/2045	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (II) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (III) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (IV) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.	71.016	69.704
São Vitor 11 Energias Renováveis S.A.	BNDES_D2	26.316	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/12/2037		25.388	26.294
								(-) Custo de captação de dívidas	(2.647)	(2.837)
									93.758	93.161

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Empréstimos e financiamentos	(-) Custo de captação	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	76.576	(2.495)	74.081
Ingresso	18.565	(533)	18.032
Provisão de juros	5.541	-	5.541
Atualização monetária	4.160	-	4.160
Amortização de custos de emissão de dívida	-	191	191
Liquidação do principal	(4.878)	-	(4.878)
Liquidação dos encargos	(3.966)	-	(3.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	95.998	(2.837)	93.161
Provisão de juros	5.926	-	5.926
Amortização de custos de emissão de dívida	-	190	190
Atualização monetária	4.321	-	4.321
Liquidação do principal	(3.932)	-	(3.932)
Liquidação dos encargos	(5.908)	-	(5.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	96.405	(2.647)	93.758

e) Condições restritivas financeiras (covenants)

O financiamento com o BNDES, possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou “ICSD”) a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na IBH V, com base nas informações das demonstrações financeiras consolidadas da IBH V.

O cálculo deve ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de 1,30x não foi atingido; entretanto, conforme contrato, não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima.

f) Composição por ano de vencimento

	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	3.560	4.058
2 anos	3.429	3.158
3 anos	3.566	3.279
4 anos	3.778	3.410
5 anos	3.923	3.613
Após 5 anos	78.149	78.480
Total	96.405	95.998

g) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

11. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Política contábil

As provisões para desmobilização de ativos são estimativas registradas em função da existência de um contrato de arrendamento que estabelece a obrigação da Companhia de devolver o terreno ao final do contrato nas mesmas condições em que foi recebido. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos instalados, exceto as obras aterradas, como fundações, redes de água e esgoto, entre outras. O reconhecimento dessa provisão busca garantir que os custos associados à restauração do local sejam adequadamente mensurados e registrados ao longo da vida útil do parque eólico.

Os valores provisionados são estimativas mensuradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto de 7,44%, com base na melhor estimativa da Administração e pelo mesmo período da autorização.

Saldos em 01 de janeiro de 2024	-
Adições	995
Saldos em 31 de dezembro de 2024	995
Adições	154
Atualização financeira	85
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.234

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia era de R\$82.300, dividido em 82.300.000 ações, sendo 79.300.000 ações integralizadas (78.700.000 em 31 de dezembro de 2024).

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2024, o capital social será aportado em até cinco anos, contados a partir da data da referida Assembleia.

A Companhia não possui ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

31 de dezembro de 2025			
Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
IBH V	100%	82.300.000	79.300
Total	100%	82.300.000	79.300

31 de dezembro de 2024			
Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
IBH V	100%	82.300.000	78.700
Total	100%	82.300.000	78.700

13. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da

contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita				
Receita com energia (i)	138.170	25.108	37.430	7.861
Receita com energia CCEE	-	741	-	965
Deduções				
(-) Impostos sobre vendas	-	(943)	-	(322)
(-) TFSEE	-	(171)	-	-
Total	138.170	24.735	37.430	8.504

- (i) A variação no volume vendo ocorre pois, em 2024, as operações eram parciais tendo em vista a data da entrada em operação.

14. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de venda de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	2.770	251
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	2.311	2.233
Custo de operação (b)	8.764	4.353
Total	13.845	6.837

(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	2.464	-
Custo de liquidação CCEE	306	251
Total	2.770	251

(b) Custo de operação

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	253	131
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	1.321	410
Prêmios de seguros	382	550
Arrendamentos e aluguéis	419	119
Depreciações e amortizações	6.299	3.017
Outros custos	90	126
Total	8.764	4.353

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	9	-
Materiais e serviços de terceiros	128	35
Licença e suporte de software	4	-
Outras despesas	12	3
Total	<u>153</u>	<u>38</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.210	1.307
Outras receitas financeiras	1	378
Total das receitas financeiras	<u>1.211</u>	<u>1.685</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.926)	(4.083)
Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (i)	(190)	-
Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(4.321)	-
IOF	(12)	(389)
Comissões, garantias e fianças	(2.136)	(1.230)
Atualização financeira desmobilização	(85)	-
Outras despesas financeiras	(60)	(144)
Total das despesas financeiras	<u>(12.730)</u>	<u>(5.846)</u>
Resultado financeiro	<u>(11.519)</u>	<u>(4.161)</u>

- (i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica “Outras despesas financeiras”.
- (ii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica “Juros sobre empréstimos e financiamentos”.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Na Companhia, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida

do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ		
Receita com energia	26.092	7.883
Presunção IRPJ (8%)	2.087	631
Receita financeira	1.609	1.670
Base de cálculo	<u>3.696</u>	<u>2.301</u>
IRPJ 15%	540	345
IRPJ adicional 10%	346	206
CSLL		
Receita com energia	26.092	7.883
Presunção CSLL (12%)	3.131	946
Receita financeira	1.609	1.670
Base de cálculo	<u>4.740</u>	<u>2.616</u>
CSLL 9%	420	264
Corrente	895	816
Diferido	411	-
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>1.306</u>	<u>816</u>
Alíquota efetiva	<u>4,71%</u>	<u>8,54%</u>

18. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Prejuízo atribuído aos acionistas	(2.088)	(3.348)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	78.302	79.114
Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$	<u>(0,03)</u>	<u>(0,04)</u>
Resultado básico e diluído atribuível por ação das operações total- R\$	<u>(0,03)</u>	<u>(0,04)</u>

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras; contudo, não impactaram o caixa:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Juros capitalizados relativo a empréstimos	-	5.709
Provisões fornecedores	1.020	16.935
Provisão para desmobilização de ativos	1.234	1.391
	<u>2.254</u>	<u>24.035</u>

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, D&O e responsabilidade civil.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador

CRC SP-315705/O-3